



Li.

ju

ATA

No dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Câmara Municipal de Guimarães, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, comparecendo os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado – e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Hugo Miguel Alves Ribeiro que substituiu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1. Vereador André Coelho Lima – Referiu a candidatura para elevação das Festas Nicolinas a Património Cultural e Imaterial da Humanidade, perguntando o que estava, neste momento, a dificultar o avanço do processo. Recordou a iniciativa da Assembleia Municipal de Guimarães para que a Assembleia da República ratificasse a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, assinada em Paris em outubro de 2003, o que permitia que, em Portugal, fosse possível a apresentação de candidaturas a Património Cultural e Imaterial. Disse que o

interesse para Guimarães era a circunstância rara de, em território nacional, se poder associar um património material, reconhecido há longa data, a um património imaterial, intrinsecamente ligado com o Centro Histórico classificado e vivenciado há centenas de anos com inquestionável valia antropológica. Recordando a história das Festas Nicolinas, defendeu as características de antiguidade histórica e de transmissão geracional como aspetos únicos. Terminou, dizendo que a elevação das Festas Nicolinas a Património Cultural e Imaterial da Humanidade interessa muito mais a Guimarães do que às próprias festas, defendendo, assim, uma necessária tomada de posição conjunta sobre este assunto. -----

2 – Vereador António Monteiro de Castro – Leu, em voz alta, um documento, solicitando que o seu teor ficasse transcrito em ata: “Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores vereadores - No âmbito das comemorações do centenário da morte do Conde de Margaride, iniciativa coordenada e apoiada pelo nosso município, tive a oportunidade de assistir a um dos eventos promovidos pela sociedade Martins Sarmiento que contou com a presença de dois grandes conhecedores da rica história da nossa terra: o dr. Amaro das Neves e o professor Lopes Cordeiro, da Universidade do Minho, que falaram sobre o tema ***“O Conde de Margarida e a afirmação política de Guimarães e da sua identidade”***. Senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, sobre o tema tive já ocasião de escrever um artigo de opinião, no Jornal do Comércio de Guimarães, no qual tentei realçar, em face do que aí tinha ouvido, algumas das importantes razões que contribuíram para a construção do forte orgulho de ser vimaranense. De facto, conhecendo a rica história da nossa terra desde o tempo de Vímara Peres até aos tempos de hoje, nas vertentes política, militar, social, económica e religiosa, melhor se compreende o presente e, seguramente, melhor se poderá preparar o futuro. A memória é um elemento



L.

ju

fundamental da identidade de uma comunidade e de um povo. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e preparar o futuro. Um povo sem memória não é um povo. É uma amálgama de pessoas que à mais pequena provação sucumbe. Senhor presente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, não tenho qualquer espécie de dúvida, de que esta Câmara Municipal tem consciência da importância do conhecimento da história da nossa terra. A prová-lo, está o forte apoio que tem vindo a conceder a todas as escolas do concelho para levar as suas alunas e alunos a visitar os monumentos e os museus de Guimarães. Falta agora, senhor presidente, dar mais um passo, no sentido de criar condições para o aprofundamento do conhecimento do nosso passado e da nossa história. De resto, Sr. Presidente, este tema, do ensino de História Local, foi já objeto de atenção nas propostas de educação do programa eleitoral da Coligação. Sugiro, pois, para isso, senhor presidente, que promova V^a. Ex.^a a criação de um pequeno grupo de trabalho que se encarregue de elaborar uma espécie de manual de História Local, a História de Guimarães, com base nos inúmeros estudos que sobre Guimarães e as suas gentes há já feitos por diferentes especialistas na matéria. Felizmente, Guimarães, tem pessoas e instituições, e até uma universidade, preparadas para poder dar resposta a este importante desafio e o investimento orçamental não tem expressão. Depois, a própria legislação atual, que até já permite às escolas introduzir a lecionação de uma disciplina como esta e, tal como é sabido, as próprias competências que se adivinham chegar aos municípios no futuro próximo, mais o permitirão. Tendo este trabalho de preparação de um a *Manual de História de Guimarães* já concretizado, encontrar-se-á a nossa terra preparada para pôr em marcha este importante desafio. Muito obrigado.” -----

3 – Vereadora Adelina Paula Pinto – a) – Sobre a intervenção do Vereador

André Coelho Lima disse que a dificuldade se prendia com questões processuais. Assumiu que a Autarquia pretende cumprir a deliberação da Assembleia Municipal, recordando que em 9 de dezembro de 2016 foi inscrita a candidatura para elevação das Festas Nicolinas a Património Cultural e Imaterial da Humanidade na lista indicativa da UNESCO, que estava a rever a questão do imaterial. Acrescentou que o processo conheceu uma pequena evolução, porque já era possível consultar na plataforma daquele organismo as fichas submetidas, assim como as referentes ao pedido relacionado com a tradição das passarinhas e sardões, apresentada em 2015. Referiu as diligências já efetuadas junto da Direcção-Geral do Património Cultural, sem resultados visíveis, bem como a intenção de perseguir este objetivo agora que o livro «As Festas Nicolinas em Guimarães: tempo, solenidade e riso» estava concluído e será brevemente editado; **b)** – Relativamente à intervenção do Vereador António Monteiro de Castro, esclareceu que a Câmara Municipal assumiu, há uns anos atrás, que a história de Guimarães era absolutamente fundamental e deveria fazer parte do projeto educativo local. Disse que, ao tempo, foi identificado um problema que consistia no facto de muitos dos professores que lecionam a disciplina de História nas escolas do concelho não serem de Guimarães, pelo que não aproveitavam o contexto histórico da cidade para as suas atividades pedagógicas. Apontou, ainda, a baixa escolarização da população adulta como um entrave ao conhecimento e divulgação da história de Guimarães. Assim, referiu o projeto «Reconhecer Guimarães» como uma das ações que proporciona a alunos e professores das escolas do concelho o conhecimento dos principais monumentos e espaços patrimoniais do Concelho. Informou que estava a ser desenvolvida uma parceria com a Casa de Sarmento tendo em vista a formação destinada aos professores para que possam acrescentar nas suas ações didáticas conteúdos relacionados com a



1.

história de Guimarães, quer na preparação das aulas, quer nas visitas de estudo. Realçou que esta formação era essencial para dar a conhecer figuras marcantes dos séculos XIX e XX, como Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Conde de Margaride, Raul Brandão, entre outros, que constituem uma riqueza imensa para a história de Guimarães, mas que a população ainda não descobriu. Referiu, a propósito, que as Jornadas Históricas introduzidas no programa das comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal, têm em vista a valorização dos projetos de investigação de quem se dedica a aprofundar o conhecimento do passado de Guimarães, sobretudo, o século XIX e XX. Disse, ainda, que, no âmbito da flexibilidade curricular, alguns Agrupamentos de Escolas, como Virgínia Moura, Abação e Fernando Távora, estavam a implementar projetos muito importantes em parceria com a Câmara Municipal, a Casa da Memória e o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta no que respeita à história de Guimarães. Sobre o manual, disse que a ideia passaria pela elaboração de pequenos opúsculos sobre grandes figuras que, ano após ano, completariam uma coleção alargada e completa sobre a história de Guimarães. Terminou, dizendo que o Município estava no bom caminho, embora considerasse haver ainda muito trabalho a fazer. -

4. Presidente da Câmara – a) - Garantiu o empenho do Município no êxito da candidatura para elevação das Festas Nicolinas a Património Cultural e Imaterial da Humanidade, reconhecendo tratar-se de um assunto que une o executivo camarário. Apelou ao Vereador André Coelho Lima para que, na qualidade de deputado da Assembleia da República, juntamente com os restantes deputados de Guimarães, fossem envidados esforços e diligências para, em articulação com a Câmara Municipal, se alcançar um desiderato comum; **b)** – Disse que, sem prejuízo de todo o trabalho que tem sido feito pelo Município, o manual escolar da história de Guimarães dirigido à comunidade escolar era uma mais valia; **c)** – Finalmente, disse querer dar os

parabéns ao Vereador André Coelho Lima por ter sido designado para o Conselho Superior da Segurança Interna. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 13 de novembro de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 256 m², sita a rua Eng.º Duarte Amaral, da freguesia de Penselo, propriedade de Joaquim Fernando Gonçalves Cunha, destinada a integrar o domínio público municipal, necessária à execução da obra de reperfilamento das ruas João Paulo II (Fermentões) e Belmiro de Oliveira (União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães), pelo valor de €1.800.00. -----

2. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 8 de novembro de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 250 m², sita na rua Eng.º Duarte Amaral, da freguesia de Penselo, propriedade de Vítor Fernando da Cunha Teixeira de Freitas, destinada a integrar o domínio público municipal, necessária à execução da obra de reperfilamento das ruas João Paulo II (Fermentões) e Belmiro de Oliveira (União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães), pelo valor de €1.426,32. -----

3. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 13 de novembro de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 93 m², sita na rua Eng.º Duarte Amaral, da freguesia de Penselo, propriedade da Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães, destinada a integrar o domínio público municipal, necessária à execução da obra de reperfilamento das ruas João Paulo II (Fermentões), Eng.º Duarte Amaral (Pencelo) e Belmiro de Oliveira (União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Guimarães), pelo valor de €1.646,25. -----



L.

pr

4. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 18 de novembro de 2019, que concordou com a alienação do terreno municipal com a área de 55,00 m², situado no lugar da Vinha da Portela, da freguesia de Serzedelo, destinado a anexar ao prédio de Joaquim Manuel Henriques de Faria, pelo preço de €2.390,00. -----
5. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de novembro de 2019, que aprovou a resposta do júri do concurso ao pedido de esclarecimentos apresentados no âmbito do procedimento relativo à Reabilitação da Escola de Soutelo – Pinheiro. -----
6. Da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 25.º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães – ano 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----
7. Do ofício da Assembleia Municipal, datado de 18 de novembro de 2019, que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 15 de novembro, das seguintes propostas: **1. Por maioria - a)** – “Grandes Opções do Plano e Orçamento 2020 PPI - Plano de Atividades - Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o Ano de 2020. Regulamento de Execução Orçamental - Mapa de Pessoal 2020 - Orçamentos das Entidades Participadas”; **b)** – “Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – Ano de 2019”; **c)** - “Derrama sobre a Coleta de 2019 (a cobrar em 2020)”; **d)** – “Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) Ano 2020”; **e)** – “Alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas – Ano de 2020”; **f)** – “Alteração ao Regulamento de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e

novas zonas a implementar”; **g)** – “Alteração ao Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico”; **h)** – “Alteração ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais e à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais”; **i)** – “ARU/ORU do Centro da Cidade - Aprovação após Discussão Pública”; **j)** – “ORU (Operação de reabilitação urbana) das Taipas”; **k)** – “ORU (Operação de reabilitação urbana) de Ponte”; **l)** – “ORU (Operação de reabilitação urbana) de Pevidém”; **m)** – “Segunda alteração pontual do PDM de Guimarães no âmbito do Procedimento RERA - Aprovação Final”; **n)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 21 de setembro de 2018 com a empresa TÊXTEIS J.F. ALMEIDA S.A.”; **o)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 19 de fevereiro de 2015, com a empresa LIROF – FIOS TÊXTEIS S.A.”; **p)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 17 de outubro de 2016 e posterior adenda datada de 23 de maio de 2018 com a empresa ANTÓNIO LEITE PEREIRA, FILHOS & Cª LDA”; **q)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 11 de dezembro de 2017 com a empresa JOSÉ JÚLIO JORDÃO, LDA”; **r)** – “Pedido de Renegociação do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais celebrado em 25 de junho de 2015 e posterior adenda datada de 15 de outubro de 2018, com a empresa FORTUNATO O. FREDERICO & Cª, LDA”; **s)** – “Ajuste Direto n.º 58/19 - Aquisição de Serviços - Fornecimento de refeições intermédias em refeitórios escolares - Abertura do procedimento e aprovação da repartição de encargos pela Assembleia Municipal”; **t)** – “Contrato Programa com a Cooperativa de Interesse Público FRATERNA - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. (2020)”; **u)** – “Contrato programa com a Cooperativa Turipenha (2020)”; **v)** –



11

“Contrato-Programa como a Cooperativa Tempo Livre (2020)”; x – “Associação de Laboratório da Paisagem - Alteração dos Estatutos e Aprovação de Contrato Programa”; y) – “Contratos a celebrar com a CASFIG, Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal LDA – 2020” 2. **Por unanimidade:** a) - Freguesia de Infantas - Projeto Consigo: Equipamentos Adaptativos e Acompanhamento de Proximidade - Retificação de Deliberação;” b) – “Freguesia de Infantas – Cedência de autocarro”; c) – “Freguesia de Polvoreira - Cedência de Autocarro”; d) – “Freguesia de Mesão Frio – Atribuição de Subsídio – obras de reperfilamento na Rua Ex-Combatentes do Ultramar”; e) – “Freguesia de Candoso São Martinho – Alteração do Contrato de Atribuição de subsídio - Execução da obra de alargamento e beneficiação do cemitério e requalificação da zona envolvente”; f) – “Freguesia de Barco - Contrato de Atribuição de Subsídio – Ano de 2019 – Primeira Revisão”; g) – “Freguesia de Barco – Atribuição de Subsídio para aquisição de terrenos destinados ao Parque Fluvial de Barco”; h) – “União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim – Atribuição de Subsídio – obras de construção novo cemitério e requalificação da zona envolvente”; i) – “Freguesia de Selho S. Cristóvão – primeira revisão do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - obras de requalificação dos balneários do campo de futebol do Parque de Lazer do Rio Selho”; j) – “Freguesia de Mesão Frio – Delegação de Competências e Subsídio – Ano de 2019”; k) – “Freguesias - Delegação de Competências - Manutenção dos Espaços Verdes”; l – “Alteração de trânsito na Travessa B das Mondas - União das Freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2019. DELIBERADO

APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara não participou na votação por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE VERMIS - MOREIRA DE CÓNEGOS – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES –

RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de novembro de 2019, que aprovou a seguinte decisão do júri do procedimento em epígrafe: “Os pedidos de esclarecimentos/erros e omissões, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento referido em epígrafe, foram apresentados pelos interessados tendo os mesmos sido objeto de análise por parte da Divisão de Estudos e Projetos (DEP). Neste sentido foi elaborada a resposta aos pedidos de esclarecimentos conforme **doc. 1** em anexo. No que respeita aos erros e omissões apresentados (conforme **doc. 2, doc. 3 e doc. 4**) foi elaborada a lista de erros, que se anexa, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites (**doc. 5**). Dado que a resposta aos pedidos de esclarecimentos/erros e omissões não foi disponibilizada no prazo estipulado, conforme determinam as alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos (CCP), deverá ser prorrogado o prazo para a entrega das propostas, por um período de 10 dias, equivalente ao atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64º do CCP. Assim, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança, para posterior aprovação, mediante ratificação, pela Câmara Municipal: - a aprovação da resposta aos pedidos de esclarecimentos bem como a aprovação da lista de erros aceites, devendo as mesmas serem publicitadas na plataforma eletrónica acingov; -



1.

mu

a prorrogação de prazo concedido aos interessados, para apresentação de propostas, por um período de 10 dias. Em consequência, deverão ser informados todos os interessados que as propostas deverão ser entregues até às 17:00 horas do dia 18 de novembro de 2019." Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE VERMIS - MOREIRA DE CÓNEGOS – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de novembro de 2019, que aprovou a seguinte decisão do júri do procedimento em epígrafe: "O interessado ao procedimento supra referido, "HABITÂMEGA - Construções, S.A.", solicita a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas alegando que: "... o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos, peça fundamental no procedimento, apenas foi disponibilizado ... no dia 14 de novembro de 2019, o que impossibilita a análise diligente e em tempo útil para a elaboração e submissão da nossa melhor proposta." Analisado o pedido, constata-se que, de facto, o documento "Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos" foi disponibilizado no dia 14 de novembro de 2019, na plataforma ACINGOV. Face ao atraso verificado na disponibilização daquele documento, coloca-se à consideração do dono da obra, representado pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança, para posterior ratificação pela Câmara Municipal, a prorrogação de prazo para entrega das propostas por 3 (três) dias, nos termos do n.º 3 do art.º 64º do Código dos Contratos Públicos. Devem, ainda, nos termos do referido n.º 4 do art.º 64.º do referido diploma legal, ser notificados todos os interessados que tenham adquirido as peças do procedimento e publicado aviso no Diário da República." **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DE UM TROÇO NA EN 207 – 4 –

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de novembro de 2019, que aprovou a seguinte decisão do júri do procedimento em epígrafe: “Os pedidos de esclarecimentos/erros e omissões, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento referido em epígrafe, foram apresentados por um dos interessados, tendo os mesmos sido objeto de análise por parte da Divisão de Estudos e Projetos (DEP). Neste sentido foi elaborada a resposta aos pedidos de esclarecimentos conforme **doc. 1** em anexo. Com vista à disponibilização destes esclarecimentos/erros e omissões, na plataforma eletrônica acingov, nos termos do n.º 5 e 8 do art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos na atual redação, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança, para posterior ratificação pela Câmara Municipal, a aprovação da resposta aos pedidos de esclarecimentos/erros e omissões.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA EM 582 (RUA ENG. DUARTE AMARAL) – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de novembro de 2019, que aprovou a seguinte decisão do júri do procedimento em epígrafe: “Os pedidos de esclarecimentos/erros e omissões, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento referido em epígrafe, foram apresentados por um dos interessados, tendo os mesmos sido objeto de análise por parte da Divisão de Estudos e Projetos (DEP). Neste sentido foi elaborada a resposta aos pedidos de esclarecimentos conforme **doc. 1** em anexo. Com vista à

L₁

disponibilização destes esclarecimentos/erros e omissões, na plataforma eletrónica acingov, nos termos do n.º 5 e 8 do art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos na atual redação, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança, para posterior ratificação pela Câmara Municipal, a aprovação da resposta aos pedidos de esclarecimentos/erros e omissões.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REPERFILAMENTO DA EM 582 (RUA ENG. DUARTE AMARAL) – INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de novembro de 2019, que aprovou a seguinte decisão do júri do procedimento em epígrafe: “O interessado ao procedimento supra referido, “Camacho Engenharia, S.A.”, solicita a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas “... por 8 dias”, apresentando como motivo a “... complexidade da resposta aos esclarecimentos e erros e omissões”. Analisado o seu pedido, verifica-se que a resposta aos pedidos de esclarecimentos/erros e omissões, disponibilizada na plataforma, não altera aspetos fundamentais das peças do procedimento, pelo que, a fundamentação apresentada não é justificação suficiente para uma prorrogação do prazo de entrega das propostas. Deste modo, indefere-se o presente pedido, decisão de que deve ser dado conhecimento aos interessados, considerando que o prazo para apresentação das propostas termina às 17:00 horas do dia 14 de novembro de 2019.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em

sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a **União de Freguesias de Atães e Rendufe**, para execução das obras de “alargamento do cemitério de Atães, construção do parque estacionamento e construção do muro em São Cosme Atães”, com uma verba no valor de €33.407,68. O Presidente da Junta da Freguesia solicitou a alteração do objeto do contrato, de forma a constar também obras na **Travessa do Terço**, em Rendufe. Assim, nos termos do artigo 10º do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 13 de maio de 2019, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a **cláusula 1ª a ter a seguinte redação: “Alargamento do cemitério de Atães, construção do parque de estacionamento e muro em São Cosme Atães e ainda obras na Travessa do Terço, em Rendufe”.** **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTOCOLOS – MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte informação: “A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (doravante designada abreviadamente por Comissão Nacional) tem levado a cabo um processo de monitorização e de acompanhamento da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que colocou em evidência a necessidade de aumentar a capacidade protetiva das mesmas. Constatada a manifesta escassez de recursos humanos da CPCJ de Guimarães, em 11 de julho de 2016 foi celebrado, entre a Comissão Nacional e o Município de Guimarães, um protocolo de cooperação, com o intuito de afetar um



11-

pe

técnico para apoio a esta Comissão, na modalidade restrita, nos termos do previsto no artigo 20º - A da Lei nº 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo). Os resultados da avaliação realizada pela Comissão Nacional ao impacto da afetação do referido apoio técnico à CPCJ de Guimarães, que respeitam à evolução e dinâmica do volume processual global da CPCJ e à composição e disponibilidade para o exercício de funções dos elementos da modalidade restrita, comprovaram a escassez de meios humanos, afigurando-se desaconselhada a interrupção da medida de reforço iniciada. Neste contexto, em dezembro de 2018 foi submetida a Reunião de Câmara a renovação do protocolo em apreço, que foi assinado pelo Município e pela Comissão Nacional em janeiro do ano em curso. No entanto, a Comissão Nacional remeteu-nos, entretanto, um novo projeto de minuta deste Protocolo de Cooperação, para substituição do anterior, cujo enunciado foi objeto de revisão pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho e pelo Gabinete da Secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. A celebração do protocolo de cooperação, nesta sua nova versão, não altera a vigência do mesmo. Nos termos do enunciado proposto, o protocolo produz efeitos à data de 1 de janeiro de 2019 e vigora até 31 de dezembro de 2019, podendo ser renovado por períodos de 12 meses mediante comunicação escrita da Comissão Nacional. Sendo premente a necessidade de celebração do Protocolo em assunto, para habilitação da Comissão Nacional no cumprimento da comparticipação financeira relativa ao ano de 2019, submeto para aprovação a minuta de protocolo em anexo à presente informação." A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – JANTAR DE NATAL - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “O Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães (CCD) vem manifestar novamente o seu propósito de promover um Jantar de Natal para os trabalhadores do Município, para o que solicita o apoio financeiro da Câmara Municipal, através da atribuição de um subsídio que lhe permita fazer face aos encargos implicados, considerando o número de trabalhadores que entretanto manifestaram a sua disposição em participar. De acordo com a consulta promovida junto de todos os trabalhadores do Município de Guimarães, sócios ou não do CCD, incluindo os trabalhadores que já se encontram aposentados, refere o CCD que terão interesse em participar neste evento, a realizar a 20 de dezembro de 2019, pelas 20h00, no Multiusos de Guimarães, um número estimado em 1.000 pessoas. Apontando, após consulta ao mercado da restauração, um valor médio de €20,00 + IVA por pessoa, o CCD refere não dispor, neste momento, de verba suficiente para fazer face a esta despesa, pelo que solicitam o apoio financeiro da Câmara Municipal de Guimarães para a realização deste evento, que consideram indispensável à sua concretização. A realização do evento proposto, com carácter convivial, permite gerar maior coesão e partilha, ao promover o desenvolvimento de laços de amizade entre os colaboradores da autarquia, reforçando o trabalho na área motivacional e também o relacionamento interpessoal. Nestes termos, e ao abrigo da al. p) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição, ao CCD - Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães, de um subsídio estimado de €24.600,00, destinado a assegurar a realização do jantar de Natal dos



11-

trabalhadores do Município de Guimarães. Este valor poderá vir a ser superior se, entretanto, mais trabalhadores confirmarem a sua participação, devendo o montante final ser reportado à Câmara Municipal após a realização do evento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TURISMO – EIXO ATLÂNTICO – TRANSFERÊNCIA PARA COMPARTICIPAÇÃO NA EDIÇÃO DO GUIA TERMAL DO EIXO ATLÂNTICO – Presente a seguinte proposta: “O Eixo Atlântico organizou um Fórum Termal com início em 2016, com a participação de todos os Municípios da euro região que dispõem de estâncias termais. No âmbito deste Fórum Termal, de modo a harmonizar transversalmente a oferta existente em todos os Balneários Termais do Eixo Atlântico, foi decidido pelos representantes dos Municípios, em reunião promovida pelo Eixo Atlântico, a elaboração de um guia turístico em português, espanhol e inglês, com informações sobre as cidades da rede e sobre as termas de cada local. O Guia Termal será impresso nas línguas portuguesa e castelhana e inglesa e será distribuído nos aeroportos do Porto e em Espanha, bem como no jornal Público região Norte de Portugal, Correio do Minho e Jornais de Espanha, sendo igualmente distribuídos aos Municípios o número de exemplares solicitado por cada um. Mais foi decidido que a Associação do Eixo Atlântico suportaria alguns dos custos, sendo os restantes partilhados pelos 14 Municípios participantes, em função do número de exemplares pretendidos. Apurados em concreto os custos conforme tabela anexa, cabe ao Município de Guimarães a quantia de €2.349,84, montante que se propõe seja transferido para a Associação do Eixo Atlântico.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AOS ALUNOS DO 1.º CEB PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE FICHAS E/OU CADERNOS DE

ATIVIDADES – ANO LETIVO 2019/2020 – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 18 DE JULHO DE 2019 – Presente a seguinte proposta:

“Como é de conhecimento superior, por deliberação de Câmara de 18 de julho último, procedeu-se à atribuição de apoios aos alunos do 1.º CEB para aquisição de livros de fichas e/ou cadernos de atividades para o ano letivo 2019/2020, mediante transferência de verbas para os respetivos Agrupamentos de Escolas num total de €150.933,22. Dado que aquela transferência teve por base os valores atribuídos no ano letivo anterior, e o preço unitário dos livros de fichas e/ou cadernos de atividades sofreu alterações, verifica-se que, em face dos comprovativos de despesa apresentados pelo Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, há necessidade de proceder ao reforço de verba em €593,83. Assim, e em face do exposto, propõe-se que se proceda à retificação da deliberação de Câmara de 18 de julho último e seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso daquele valor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB 2,3 JOÃO DE MEIRA -

CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais da Escola EB 2,3 João de Meira solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte dos alunos do ATL, nos dias 18 e 19 de dezembro, à Póvoa de Lanhoso e a Santa Maria da Feira. Considerando que se tratam de deslocações no âmbito do programa de férias de Natal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado 13 de novembro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



11.

fu

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – OUTUBRO DE 2019 - Presente a seguinte informação: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – PROPOSTA DE ALOJAMENTO - OCUPAÇÃO DE QUATRO HABITAÇÕES NA MODALIDADE DE ALOJAMENTO CONVENCIONAL E CRIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA PARTILHADA MASCULINA - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA, remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de quatro habitações na modalidade de alojamento convencional e de criação de uma residência partilhada masculina, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 7 de novembro de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

AÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES (CERCIGUI) – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “A Cooperativa

de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães (CERCIGUI) submeteu à Câmara Municipal um pedido de apoio para a realização de obras no âmbito do projeto de expansão e melhoramento do seu Centro de Atividades Ocupacionais (CAO). A CERCIGUI tem levado a cabo um projeto de investimento que visa a ampliação e melhoramento das suas respostas sociais e que, numa primeira fase, incluiu um conjunto de intervenções de remodelação e de adaptação dos edifícios onde funciona o CAO. Em causa estão obras de remodelação dos espaços físicos desta resposta social, que nunca tinham sido alvo de qualquer intervenção desde a sua construção, por forma a cumprirem-se as orientações do Núcleo de Fiscalização de Equipamentos Sociais e da Autoridade Nacional de Proteção Civil, cumprindo igualmente com o disposto na legislação em vigor nesta matéria, nomeadamente no que respeita à qualidade e segurança das estruturas físicas e à questão da acessibilidade das infraestruturas desta cooperativa. Refira-se que esta instituição desenvolve um trabalho relevante, direcionado para pessoas com deficiência (crianças, jovens e adultos), nas valências de Centro Educacional, CAO, Serviço de Apoio Domiciliário, Lar Residencial, Centro de Reabilitação e Formação Profissional e Centro de Recursos para a Inclusão, num total de aproximadamente 455 utentes, tendo-se vindo a distinguir pela qualidade e inovação da sua atuação, que concorre para os desígnios estratégicos assumidos por este Município. A CERCIGUI apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) pelo que, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e considerando que o Município nutre o dever de criar as condições e os meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das suas atividades, apresenta-se para aprovação a



11-

mu

presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do referido Regulamento, no valor de €30.000,00 (trinta mil euros). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“No passado dia 5 de novembro de 2019 o Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira apresentou à Câmara Municipal de Guimarães um pedido para apoio ao pagamento de taxas de licenciamento do edifício onde está sediado o infantário. Esta instituição foi fundada em 5 de maio de 1979, assegura as valências de Jardim de Infância, Creche e ATL, abrangendo um total de 108 utentes, e tem-se distinguido pela qualidade e inovação da sua atuação. O Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) pelo que, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e considerando que o Município nutre o dever de criar as condições e os meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das suas atividades, apresenta-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do referido Regulamento, no valor de €10.440,90 (dez mil quatrocentos e quarenta euros e noventa cêntimos). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta:

“A Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) apresentou à Câmara Municipal um pedido excecional de atribuição de subsídio que possibilite a aquisição de mobiliário e de equipamento para apoio ao

funcionamento do “Gabinete de Apoio ao Cuidador”, que terá a sua sede nesta delegação. A instituição iniciou a sua atividade em 22 de março de 1980, desenvolvendo diversos projetos de intervenção na área social, direcionados a crianças, jovens e idosos, nomeadamente, “Voluntariado Hospitalar”, “Colorir o Sábado na Casa da Criança”, “Esvoaçar”, “Cuidar em Casa”, “Solidão Acompanhada”, “Olhares em Perspetiva” e “Gabinete de Inclusão Digital”, entre outras ações de formação e de sensibilização e campanhas de recolha e angariação de alimentos. Ressalve-se também a realização de atividades de capacitação, apoio e acompanhamento a Cuidadores Informais e famílias. Considerando a recente aprovação do Estatuto do Cuidador Informal (por via da publicação em Diário da República, no passado dia 6 de setembro, da Lei nº 100/2019), os desígnios estratégicos plasmados no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães e a necessidade de concertar e unir esforços no apoio a esta realidade, afigura-se de toda a pertinência a abertura em Guimarães de um “Gabinete de Apoio ao Cuidador”. Adicionalmente, a Delegação de Guimarães da CVP apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) pelo que, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e considerando que o Município nutre o dever de criar as condições e os meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das suas atividades, submete-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do referido Regulamento, no valor de €9.838,91 euros (nove mil oitocentos e trinta e oito euros e noventa e um cêntimos). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - CEDÊNCIA DE



11.

fr

AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos nos dias 11 e 12 de novembro, a Braga e Tabuadelo. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 6 de novembro de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL DO NORTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta. “A Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte de senhoras, de forma a realizar consulta de aferição do cancro da mama, nos dias 9 e 17 de dezembro, ao Porto. Considerando que, se tratam de deslocações que visam o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 20 de novembro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO 2019 – ALTERAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICIÁRIA – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 31 de maio de 2019 o Executivo deliberou aprovar o estabelecimento de um conjunto de Protocolos de Descentralização. Um dos grupos em causa era o

Chorus Anima Populi que, entretanto, se autonomizou estatutária e fiscalmente do Grupo Alma do Povo, pelo que solicitam a alteração da declaração de compromisso então emitida, passando esta a contemplar a nova entidade. Considerando que a alteração que nos é solicitada não desvirtua o objeto da deliberação, proponho que a mesma seja autorizada.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ATIVIDADES DAS ENTIDADES QUE PROSSIGAM FINS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, RECREATIVOS OU HUMANITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (REGULAMENTO Nº 606/2010) – Presente a seguinte proposta: “1. Nos termos do Regulamento nº 606/2010 propõe-se a atribuição dos seguintes apoios destinados a atividades ou investimentos a realizar no 1º semestre de 2020: ---a) Apoios financeiros a **atividades**:-----

Entidade	Designação do Projeto	Montante
Afonso - Tuna de Engenharia Universidade do Minho	XV Cidade Berço – Festival de Tunas Académicas	2 100,00 €
Associação Cultural Outra Voz	A escuta (título provisório)	10 000,00 €
CAAA - Centro Para os Assuntos da Arte e Arquitetura de Guimarães	Programação 2020	10 000,00 €
Associação dos Amiguinhos do Museu de Alberto Sampaio	Criação de um Centro de Interpretação do edifício dos Antigos Paços do Concelho.	10 000,00 €
Associação Puzzlianos - C.J.G.	IV Youth Cultural Fest	1 500,00 €
CAISA C.R.L.	CLAV Live Sessions	2 000,00 €
CAISA C.R.L.	CANVAS	3 000,00 €
Capivara Azul - Associação Cultural	TERRA - Ciclo de Músicas do Mundo	8 500,00 €
Capivara Azul - Associação Cultural	EGO	6 000,00 €
Casa da Juventude de Guimarães	Capacit'Arte + (mais) 3.0	3 000,00 €
Casa da Juventude de Guimarães	Junt'Arte+ 2020	5 000,00 €
Casa da Juventude de Guimarães	YouTHopia	2 000,00 €
Centro Social Cultural e Desportivo de Silveiras	Segada e Malha do Centeio	1 000,00 €
Chorus Anima Populi - Associação Cultural	CONCERTO "SONS DO TEMP(L)O	1 600,00 €
Cineclube de Guimarães	Shortcutz Guimarães 2020	4 000,00 €
Círculo de Arte e Recreio	80 ANOS DO CAR À COMUNIDADE	12 000,00 €



12

Entidade (continuação)	Designação do Projeto	Montante
Freguesia de Ronfe	Jornadas Culturais	1 000,00 €
Grupo Cultural Recreativo de Barco	Programação 2020	3 500,00 €
Grupo Folclórico da Corredoura	"Cantares em serões de Linho"	3 000,00 €
Osmusiké - Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda	Peça de teatro "A Cigarra e as Formigas"	2 000,00 €
Osmusiké - Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda	Animação dos Espaços Públicos - Lendas e Mitos	1 500,00 €
Osmusiké - Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda	Espetáculo "Sons de Liberdade"	1 000,00 €
Sociedade Martins Sarmento	À (re)descoberta da Sociedade Martins Sarmento	2 000,00 €
Sociedade Musical de Pevidém	Música com História, Ano Letivo 2019-2020 - Ouvir Música descobrindo a História	3 000,00 €
Sociedade Musical de Pevidém	Música com Tempo	2 000,00 €
Sociedade Musical de Pevidém	Documentário "125 anos de Formação, Tradição e Cultura"	10 000,00 €
Sol no Miral - Associação Cultural	VINTENA MMXI - Mostra Internacional de teatro de Pevidém	3 500,00 €
Total		114.200,00 €

b) Apoios financeiros a investimentos: -----

Entidade	Designação do projeto	Montante
Associação Puzzlianos - C.J.G.	Tenda multifunções para proteção e realização de atividades	1 000,00
Freguesia de Ronfe	Equipamentos par as Jornadas Culturais	3 018,00
Orfeão de Guimarães	Aquisição de um novo órgão musical da marca Viscount, modelo CANTORUM VI PLUS, assim como o respetivo saco de transporte, para utilização nos ensaios e nos concertos.	1 500,00
Sociedade Martins Sarmento	Trabalhos de Conservação do Piso Inferior do Claustro do Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento	10 000,00
Sociedade Musical de Pevidém	Aquisição de Instrumentos de Sopro	13 000,00
Total		28 518,00 €

Os apoios financeiros deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas, devendo estas observar o disposto no Art.º 16º do Regulamento nº 606/2010 em matéria de avaliação dos apoios concedidos. As entidades devem ainda apresentar certidão válida de situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, caso as certidões

constantes dos respetivos processos de candidatura não sejam válidas no momento do pagamento. Nos termos do nº 2 do art.º 6º do mesmo Regulamento, os apoios concedidos deverão ser publicamente divulgados, designadamente pela inclusão do logótipo da Câmara Municipal de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais.” **Verificando-se uma situação de impedimento em virtude de o Vereador António Monteiro de Castro pertencer aos órgãos sociais da Sociedade Martins Sarmento, o Presidente da Câmara informou que a votação se iria proceder do seguinte modo: SOCIEDADE MARTINS SARMENTO - DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE CONCEDER OS RESTANTES APOIOS CONSTANTES DA PROPOSTA. -----**

CULTURA – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – CANTAR DOS REIS 2020 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “Decorre no próximo mês de janeiro a habitual iniciativa promovida por diversas associações culturais que levarão o “Cantar dos Reis” a vários pontos da cidade, visitando sobretudo instituições de cariz social e incluindo em tal percurso os Paços do Concelho. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores e o interesse cultural da iniciativa, que concorre para a preservação de uma tradição cultural relevante, proponho, ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição de um subsídio de €200,00 ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Trovadores do Cano”, destinado a compartilhar nos custos de organização da referida iniciativa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

DIVERSOS – REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE



11.

CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121 em 26/06/2017, em vigor desde 27/06/2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho”, definindo ainda o seu artigo 3º que “para efeitos de aplicação do presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de 20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados a habitação própria e permanente dos beneficiários. Ao abrigo desta disposição legal, vem **Manuel Jorge Faria da Costa**, na qualidade de bombeiro do quadro ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, solicitar o reembolso de 20% do IMI de 2017, pago em 2018, referente ao prédio destinado à sua habitação própria e permanente, situado na rua Comandante João de Paiva Faria Leite Brandão, nº 291, da freguesia de Polvoreira, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1751. De acordo com análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, o requerente reuniu as condições para a atribuição do Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Examinado o respetivo processo, e, conforme documentos apresentados pelo interessado, verifica-se que o seu

domicílio fiscal corresponde à morada do prédio inscrito na matriz urbana da freguesia de Polvoreira sob o artigo 1751, comprovando-se que no ano de 2018 foi pago o valor total de €199,69 referente ao IMI de 2017. Assim, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, o requerente tem direito ao reembolso de 20% do IMI, a que corresponde o valor de **€39,94** (trinta e nove euros e noventa e quatro cêntimos) referente ao ano de 2017. Pelo exposto, deverá submeter-se a aprovação do órgão executivo o reembolso do valor de **€39,94** ao bombeiro voluntário **Manuel Jorge Faria da Costa**, contribuinte fiscal nº 200 916 718, em cumprimento do referido Regulamento Municipal. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: “O Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121 em 26/06/2017, em vigor desde 27/06/2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho”, definindo ainda o seu artigo 3º que “para efeitos de aplicação do presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de



20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados a habitação própria e permanente dos beneficiários. Ao abrigo desta disposição legal, foram apresentados nesta Câmara Municipal 3 (três) pedidos de concessão do benefício do reembolso de 20% do IMI, relativamente aos anos de 2017 e de 2018. De acordo com análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, todos eles reuniram os requisitos para a atribuição do Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Examinados os respetivos processos, e conforme documentos apresentados pelos interessados, verifica-se que o domicílio fiscal de todos os requerentes corresponde à morada dos prédios sobre os quais incide o pedido do reembolso. Assim, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, têm direito ao reembolso de 20% do IMI do prédio destinado à sua habitação própria e permanente, os bombeiros abaixo identificados. -----

Nome	NIF	Morada	Artigo matricial	Valor total do Imposto	Valor do reembolso ano 2017	Valor do reembolso ano 2018	N.º proposta cabimento
Maria Antónia Bessa de Oliveira	212 959 573	R. Teixeira de Pascoais, nº 517, 4º esq., Azurém	U-1582-J	205,94€	41,19€	-----	5633
Rafael Amâncio Coelho da Silva	190 916 858	R. António Barros, nº 225, 1º esq., Caldelas	U-2143-B	221,52€	-----	44,30€	5634
Manuel Jorge de Oliveira Ribeiro	194 130 509	R. Emigrante, nº 337, Sande S. Martinho	U- 1212	251,24€	50,25€	-----	5815

Em face do exposto, deverá submeter-se a aprovação do órgão executivo o reembolso do valor total de **€135,74** (cento e trinta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos) aos bombeiros voluntários, conforme discriminado no quadro supra, ao abrigo do disposto no Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho

de Guimarães. À consideração superior." DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DEZ HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Ministro Relator
João Paulo de S. Xavier